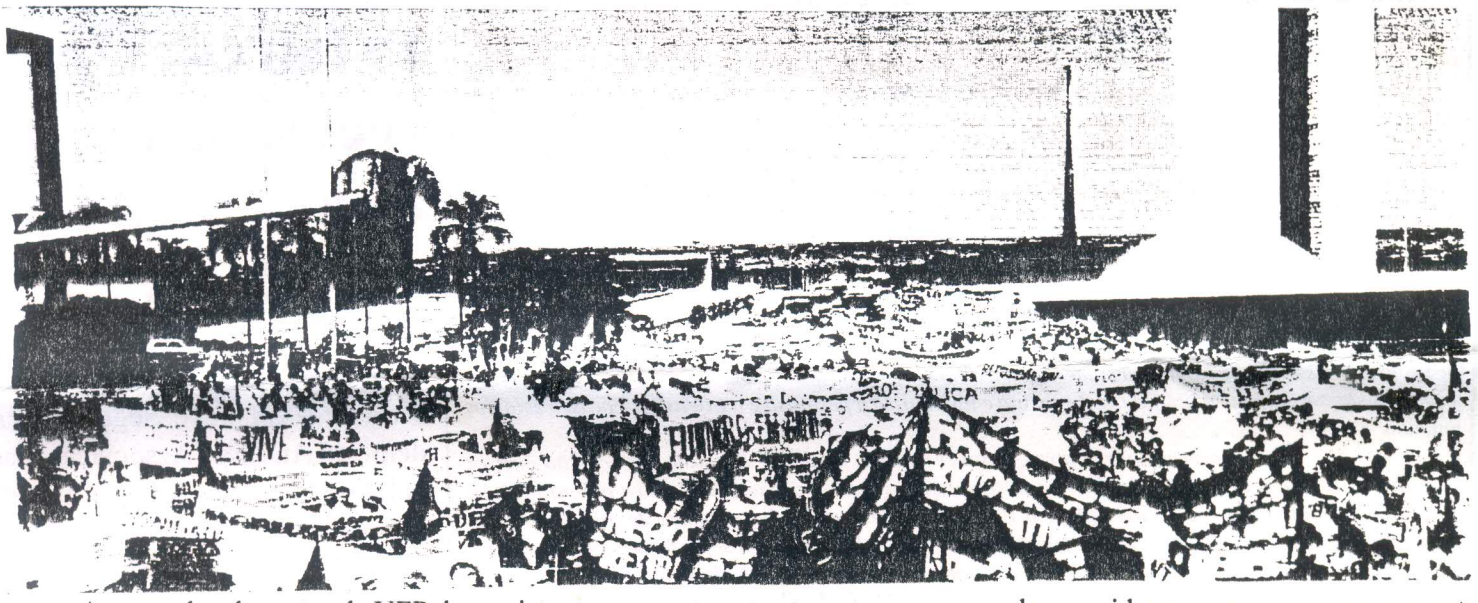
boletim de
greve
Docentes da UFPel

ENSINO PÚBLICO, GRATUITO E DE QUALIDADE

Nº 4 - 15/05/96

Uma greve em defesa do futuro da Universidade



A greve dos docentes da UFPel entra em sua terceira semana mantendo um alto índice de adesão. O CLG tem priorizado em suas atividades de greve, o contato com a população, visando o esclarecimento dos motivos deste movimento. No último sábado o Comando novamente distribuiu material à população, no centro da cidade.

Neste momento é preciso que a categoria participe deste contato, informando a todos que estamos lutando em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, e, juntamente com as reivindicações salariais, repudiamos as reformas propostas pelo governo. Essa luta tem um papel fundamental para o próprio futuro da Universidade. Todos sabemos que precisamos de reformas, em particular nos setores de saúde e educação. Mas as melhorias que queremos e que a população precisa não estão contempladas nos projetos do governo. Pelo contrário, sua implementação agravaria a crise ora existente.

Em nível nacional, o movimento segue coeso entre as categorias de servidores públicos federais. Até o momento, a única conversa com representantes dos servidores, que o governo permitiu, aconteceu no último dia 10, mas somente depois que cerca de 500 servidores ocuparam o Ministério da Fazenda no dia 9. Nesta audiência, o Ministro Malan negou-se a caracterizar a reunião como abertura de negociações. O Comando Nacional Unificado de Greve entregou ao ministro um documento contextualizando os vários momentos em que foi protocolada a pauta de reivindicações da categoria junto ao Ministério. Ao final do documento, foi colocada a necessidade de instalação de duas mesas, uma de caráter técnico e outra com poder de negociação.

Malan não convence

O ministro Malan disse ainda que não vê horizonte para a demanda salarial dos servidores, uma vez que o aumento de 46,19% reivindicado causaria um acréscimo de 19 bilhões de reais na folha. Foi contraposto ao ministro que este aumento se deu basicamente em função do aumento das gratificações nos altos escalões, beneficiando apenas 15% dos servidores. "O ministro não mencionou números relativos ao programa de ajuda ao sistema bancário, ao custo da flexibilização da dívida dos usineiros e a federalização da dívida da cidade de São Paulo, sem falar na política de juros altos que implica em um aumento brutal da dívida interna".

Segundo o CNG-ANDES, este processo de conversação se deu em função de várias atividades, fortalecidas com a ida das caravanas a Brasília na semana passada e do conseqüente aumento de pressão, que culminou com a decisão de ocupação do ministério no último dia 9, na perspectiva de abertura de negociações com o governo.

CLG reúne-se com Vereadores

O Comando Local de Greve reuniu-se hoje pela manhã com os vereadores, na Câmara Municipal de Pelotas, onde foi feita aos parlamentares, uma explanação sobre a greve e sobre a situação atual da Universidade Pública Brasileira. O CLG entregou aos vereadores um manifesto (leia abaixo), e marcou uma sessão pública, com data ainda a ser confirmada, para a qual também será convidado o reitor da UFPel.

Calendário de Atividades

Próxima Semana

- Está sendo programada uma sessão pública na Câmara Municipal. A data ainda depende de contato do presidente da Câmara com o reitor da UFPel, que também deverá se fazer presente.

Outras atividades do CLG serão definidas na AG de hoje.

Os docentes da UFPel estão em greve há

17

dias. No todo, estão em greve 45 ADs-SSind

À Câmara Municipal de Pelotas

Senhores Vereadores,

Nós, professores da Universidade Federal de Pelotas, juntamente com outras 45 Universidades Federais, estamos em greve, lutando em defesa do Ensino Público, Gratuito e de Qualidade. Nosso movimento completa um mês sem nenhuma manifestação do Governo em relação às reivindicações apresentadas ainda no ano passado. Os servidores públicos federais, entre eles os docentes das universidades, não recebem reajuste deste janeiro de 1995; o desmonte da Universidade Pública já é uma realidade, com bibliotecas insuficientes, laboratórios inadequados, falta geral de materiais básicos de trabalho, desqualificando o Ensino e privando a população carente de receber os benefícios que a Universidade poderia propiciar. Somado à isso temos um número expressivo e crescente de professores substitutos, cuja permanência máxima na Universidade é de, no máximo, um ano, o que compromete, seriamente a qualidade do ensino e inviabiliza a pesquisa e a extensão. Por isso estamos lutando.

O Governo, por sua vez, nega-se a abrir qualquer canal de negociação com os servidores, mas não exita em transferir recursos públicos para o sistema financeiro privado falido, deixando a Saúde Pública, a Educação e a Previdência sem condições mínimas de atendimento ao conjunto da população. Depois alega ineficiência do Serviço Público para defender sua privatização.

É mentiroso o argumento de que o fim da gratuidade do Ensino Superior seja a solução para o Ensino Público em todos os níveis. Até a década de 60, as escolas públicas praticavam o melhor ensino do país. Os professores e os profissionais de Educação eram valorizados, recebiam salários dignos e tinham condições adequadas de trabalho. O descaso e o descompromisso do governo com a Escola Pública romperam essa tradição, abrindo espaço para a crescente privatização do ensino de primeiro e segundo graus. Hoje, pretende-se fazer o mesmo com as universidades públicas.

Nós, Servidores Públicos Federais temos consciência de nosso papel. Protestamos contra o sistemático ataque ao Estado e aos seus servidores por parte do atual governo. Não somos responsáveis pela falência do Estado. Ao contrário do que se apregoa o Estado Brasileiro é muito pequeno. Temos apenas 8,9 servidores para cada mil habitantes: ridículos se comparados aos 46,4 da França ou aos 91,4 da Inglaterra.

Embora reconhecendo os transtornos que a greve acarreta para o conjunto da população e, em particular, para os estudantes e suas famílias, os professores acreditam que a luta por uma UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA , DE QUALIDADE, AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA, é o instrumento indispensável na construção de uma sociedade justa e não excludente.

Neste sentido é fundamental que a Câmara Municipal de Pelotas, representante legítima da população, se posicione diante deste movimento, engajando-se na luta e constituindo-se num canal interlocutor capaz de viabilizar a abertura de negociações efetivas junto ao Governo Federal.

Pelotas, 15 de maio de 1996

Comando Local de Greve

VEM pro comando você tam BEM

Reitores recusam a cortar ponto de servidores

Os reitores das universidades federais decidiram não cortar o ponto dos servidores em greve. Segundo o presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior), Odilon Antônio Marcuzzo do Canto, nenhum reitor pretende cumprir a determinação do Ministério da Administração.

A decisão coletiva dos reitores está baseada em parecer do Colégio de Procuradores das Universidades, que considerou inconstitucional o decreto nº 1480, editado em maio de 95. O presidente da Andifes disse que o direito de greve está previsto na Constituição e que a punição a grevistas só seria possível se esse dispositivo constitucional estivesse regulamentado.

Odilon do Canto também criticou o ministro Bresser Pereira e responsabilizou-o por tornar as universidades inviáveis. "As universidades são hoje inadmissíveis por decisões do Ministério da Administração. Ele citou o decreto do corte no ponto e a recusa de inclusão do pagamento de ganhos judiciais nas folhas de pagamento das universidades.

boletim de
greve
Docentes da UFPel

ENSINO PÚBLICO, GRATUITO E DE QUALIDADE

Nº 10 - 12/06/96

CNG-ANDES reafirma disposição para o diálogo

Através do Ofício Circular nº 112/96 da SESU/MEC, de 05 de junho de 1996, encaminhado aos dirigentes das IFES, o CNG/ANDES-SN tomou conhecimento das informações deturpadas acerca de sua participação nas conversas com o MEC na tentativa de se estabelecer o início de negociações efetivas em torno da pauta específica apresentada àquele ministério, que se constituía numa condição *sine qua non* para apontarmos um indicativo de saída de greve.

O CNG-ANDES/SN avalia que o conteúdo deste Ofício procura criar um clima de desinformação ou contra-informação entre os dirigentes das IFES no sentido de desqualificar a atuação do nosso Sindicato Nacional no processo de discussão preliminar com a SESU, implicitamente apontando-a como irresponsável e intransigente. Esta atitude tem o claro objetivo de colocar o movimento de greve dos docentes das IFES em confronto com seus dirigentes, tentando quebrar a sintonia e a linha de atuação em defesa da universidade pública que tem existido entre a ANDES/SN, a FASUBRA/Sindical e a ANDIFES.

Na realidade, o comportamento intransigente, durante todo este processo, tem sido uma característica da atuação do MEC, particularmente do Ministro Paulo Renato, que insiste em não iniciar as negociações efetivas com o movimento dos docentes das IFES. Uma prova disso é que o referido Ofício foi remetido aos dirigentes das IFES um dia depois da realização da última conversa entre os representantes do CNG-ANDES/SN e da SESU, realizada no dia 04/06/96, na qual os nossos representantes se apresentaram mais uma vez dispostos a dar início às negociações nos termos estabelecidos pela Ata da reunião do dia 28/05/96. Conforme as informações do CNG-ANDES/SN, o Ministro Paulo Renato se recusou a aceitar os termos que estavam sendo objeto de acordo entre os representantes da ANDES/SN e da SESU, afirmando que isso não aconteceria enquanto o movimento não apontasse a saída de greve.

GREVE GERAL 21/6

Participe das atividades programadas pelo movimento sindical de Pelotas

O CNG/ANDES-SN reafirma sua vontade política de indicar a suspensão da greve mediante ao estabelecimento de negociações sobre o conteúdo da pauta de reivindicações e seu desenvolvimento conforme o já expresso na nota publicada em jornais, "SEM UNIVERSIDADE PÚBLICA, GRATUITA E DE QUALIDADE O BRASIL NÃO TEM FUTURO". Isto revela a nossa firme disposição, e não a intransigência, para o diálogo.

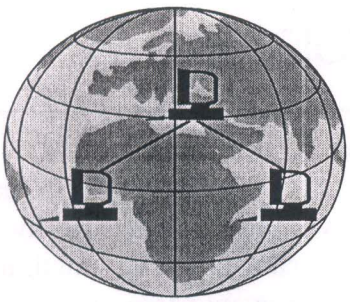
Trabalhadores preparam Greve Geral do dia 21/6

As entidades representativas dos trabalhadores brasileiros estão ultimando os detalhes para a grande Greve Geral programada para o próximo dia 21. Em Pelotas, o movimento sindical fará uma reunião ampliada e conjunta de todas as categorias de trabalhadores na véspera do dia da greve, às 19h, na sede do Sindicato dos Comerciários para preparar as atividades do dia 21. Entre as atividades está previsto um grande ato público no final da tarde, no largo da Prefeitura Municipal.

Considerando o momento político vivido pelo movimento dos trabalhadores, a Greve Geral assume papel decisivo na contraposição aos projetos de reforma neoliberal implementados pelo governo FHC, que suprem direitos sociais e promovem o desmonte do Estado, com a destruição dos serviços públicos, em prejuízo de toda a sociedade brasileira.

Segundo o CNG-ANDES, o fato de os docentes das IFES estarem em greve nacional, nossa inserção na construção da Greve Geral é de fundamental importância, uma vez que as nossas lutas convergem com as dos demais trabalhadores em particular e da sociedade brasileira como um todo, através da implementação de reformas populares.

Greve no Ciberespaço



Acesse a *home page* da ADUFPel na internet
www.ufpel.tche.br/~adufpel
e saiba tudo sobre a nossa greve.
Visite-nos!
Dê sua opinião pelo e-mail:
adufpel@ufpel.tche.br

Calendário de Atividades

13 de junho (Quinta)

*** Sessão Pública na Câmara Municipal de Pelotas, às 10h.**

21 de junho

*** GREVE GERAL**

Os docentes da UFPel estão em greve há

45

dias.

Austeridade, senha de orgia

Carlos Heitor Cony
Folha de S.Paulo (9/6/96)

Não me dei ao respeito de ler o discurso de posse do ministro Antônio Kandir. Soube que, num arroubo oratório, ele chamou três vezes por austeridade. Três é número mágico . Nas preces e nas receitas da cabala, qualquer entidade invocada três vezes ameaça eficácia maior e mais rápida.

Tomei a invocação do sr. Kandir como bom agouro. Num dos livros do Marquês de Sade, autor injustiçado pela crítica, há um velho conde ou visconde que promovia bacanais em que freiras se entregavam a cavalos, um pajem era sodomizado por um javali - coisas assim edificantes.

A senha para começar os serviços era a palavra "austeridade", repetida com solenidade pelo dono da festa. Ele exigia que todos praticassem a orgia com o máximo rigor. Foi disso que me lembrei - e acho que lembrei bem.

Outra coisa que também lembrei foi ter o novo ministro a responsabilidade pelo confisco da era Collor. Não parece, mas a austeridade de hoje pode ser a decorrência do confisco de ontem.

O reforço que o governo de FHC recebe é revelador. No complicado arco de suas alianças, no fisiologismo desbragado que nunca houve igual na história do Brasil, faltava um membro da equipe de Collor, justo aquele que causou mais problema e tragédia na vida de milhões de todos nós.

Quando o governo Collor for reduzido a verbete de enciclopédia, terá na certa duas linhas: uma dedicada ao confisco do sr. Kandir, outra à roubalheira do esquema PC.

Devemos considerar lucro o fato de FHC ainda não ter nomeado PC para o Tesouro Nacional. Mas não devemos desesperar.

Ainda faltam dois anos e meio (ou mais do que isso, se houver reeleição). Na ânsia de ampliar aquilo que os sociólogos gostam de chamar de "espectro", poderemos contar com o reforço de grandes reservas morais e técnicas dos tempos de Collor.

opinião

Em resposta ao caos

Antônio César G. Borges (*)

Texto tendencioso e mal intencionado foi publicado no **Jornal ADUFPel** nº 48 de junho - 1996. O espaço autorizado pela presidência da Associação é exíguo para a lista de benefícios, aquisições e realizações que a UFPel obteve nos últimos 3 anos da atual gestão. Também exíguo para contrapor-se a todas as agressões que esta Administração tem sido alvo por parte da redação do jornal da Associação que, imagino, deva congregar a maioria dos docentes da Instituição.

Resumindo a resposta para cada item daquele texto manifesto que:

1. O Conselho Universitário foi, por longo tempo impedido de reunir-se, devido ao mandado de segurança ajuizada pela ASUFPel.

2. Desde a fundação da UFPel, vários cursos funcionavam em prédios alugados. Esta Administração resolveu a situação de área física da Faculdade de Educação, ampliou a área do Instituto de Letras e Artes (ILA), com a instalação de novos laboratórios e espaços amplos para pintura e escultura. Para o Instituto de Ciências Humanas (ICH), estão concluídas as novas instalações em condições ótimas para suas atividades, bastante diversas daquelas existentes no prédio anteriormente ocupado.

3. O "descaso" referido no texto da ADUFPel é, no mínimo, equivocado ou conseqüência de desinformação. O prédio histórico do antigo Instituto de Ciências Humanas, na praça 7 de julho, está sendo recuperado há vários meses e até o final deste ano será o espaço cultural da Universidade e da cidade, sob o nome de Lyceu Riograndense.

4. O "pomposo prédio" que abriga o Centro de Integração do Mercosul, doado pelo Banco Central, tem servido indistintamente a todas as unidades desta Universidade para seminários, aulas magnas, eventos todos visando debates sobre assuntos ligados à integração e desenvolvimento regionais. É motivo de orgulho da cidade e da Universidade. É a constatação física de todas as ações que, inauguraram o ingresso da UFPel no cenário Internacional. Hoje foi adotado pela cidade e pela região sul, como ponto referencial do Mercosul.

5. Quanto a falta de pessoal e verbas, isso não se restringe a esta Universidade e não depende da sua administração. É um grande problema, que tem sido objeto de todos nós e das instituições que tratam da Educação no País, entre as quais destacamos a ANDIFES.

6. Saliento que com os escassos recursos das universidades públicas, graças ao intenso trabaho da equipe administrativa e sua criatividade, associado ao apoio que a UFPel tem recebido do Ministro da Educação, foi possível triplicar o patrimônio da instituição. Recentemente, com recursos do Ministério da Educação, adquirimos 4.800 m² de área edificada pertencentes à COSULÃ. Assim, será possível não apenas economizar cerca de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) mensais em aluguéis, como propiciar melhores condições de instalação para as Faculdade de Arquiteturas, Instituto de Sociologia e Política, Instituto de Ciências Humanas, Instituto de Letras e Artes, Ciências Domésticas, no mínimo.

7. Ao chegarmos na Reitoria em 1993 constatamos o sucateamento de laboratórios e equipamentos das diferentes unidades. O campus onde se pisava no barro e onde a ausência de comunicação, caractarizavam seu isolamento e o descaso com a instituição pública. Hoje o campus está pavimentado, suas unidades com telefonia de última geração e informatização moderna e seus laboratórios recuperados e com novos equipamentos.

8. Merece destaque especial o tema eleições para Reitor, para o qual solicito a redação do **Jornal ADUFPel** espaço para expressar o posicionamento da Reitoria a respeito.

(*) *Reitor da UFPel*

Diretoria da ADUFPel responde

O texto do jornal da ADUFPel, ao contrário do que afirma o Sr. reitor, não é tendencioso ou mal intencionado. Senão, vejamos;

1.é verdade que o Conselho Universitário foi "por longo tempo impedido de reunir-se, devido ao mandado de segurança ajuizado pela ASUFPel", ou seja, o juiz entendeu que o procedimento pretendido pelo Sr. reitor feria a lei e deveria ser impedido.

2.é verdade, portanto, que o orçamento não foi aprovado.

3.é verdade que o prédio do ICH chegou a um estado tal de abandono que ruiu, tanto é que "está sendo recuperado", **porém não estava sendo na época em que o texto foi escrito.** E ruiu porque foi preterido em relação ao "pomposo prédio do Mercosul".

4.é verdade que existe falta de pessoal e verbas para o ensino EM nível nacional e que a ANDIFES luta contra isto, tanto é que reconheceu que a greve desencadeada pela ANDES-SINDICATO NACIONAL era justa e merecida. É verdade que o Sr. reitor, ao contrário da maioria dos reitores das IFES, não se manifestou sobre a greve, não quis e nem pode reunir o Conselho Universitário, impedido por ordem judicial.

5.é verdade que os recursos são escassos para todas as IFES, e que a UFPel aumentou o seu patrimônio. Isto decorreu, no entanto, não "graças ao intenso trabalho da equipe adminitstrativa e sua criatividade", mas em virtude do processo de sucateamento de órgãos do serviço público federal, o qual permite que a UFPel receba, merecidamente, o espólio dos prédios privatizados.

6.finalmente, parece ser verdade também que o Sr. reitor não entendeu o título do artigo, ou seja, "Caos na UFPel reflete a situação do ensino público brasileiro". O que foi mostrado é que a UFPel esta inserida no contexto nacional de sucateamento, não sendo, portanto, as críticas diretas à reitoria, mas sim a uma política. Porém, esta confusão é compreensível, já que a reitoria mostra-se servil em relação ao governo federal, estando com ele plenamente identificada, sendo somente um apêndice deste.

Salvem meu bolso!

Gastão Cruz Gisler (*)

O governo acaba de criar um novo tributo que recai irremediavelmente em meu bolso (no seu também). É interessante notar que o Estado, em lugar de procurar as causas de seu aperto de caixa, vai logo buscar alguém para cumprir a pena. Invariavelmente o bolso de quem trabalha pelo progresso da nação, para o sustento do Estado e sobrevive com o que sobra, e está cada vez sobrando menos.

Refiro-me à CPMF, a menina dos olhos do nosso respeitável ministro da Saúde. Não há dúvida de que ele seja um excelente médico, mas é um péssimo administrador, ao achar que os problemas de sua pasta se resolvem criando ou aumentando tributos. E sempre em cima do mesmo agente passivo. Costumo chamar o sistema tributário de "Sistema do Eu Incluído", porque sempre eu acabo pagando a conta.

Pelo acima exposto, desejo sugerir aos legisladores, e ao ministro, alternativas válidas que possam dar mais receita aos cofres públicos sem sacrificar quem já paga os impostos existentes. Nenhuma delas vai solucionar o problema de saúde, porque assim como se diz que dinheiro não traz felicidade, "Também não traz saúde".

Em nossa Constituição existe uma imunidade a impostos para livros, periódicos, revistas e papel para imprensa. Sem dúvida o legislador constitucional pensou em promover a cultura com essa imunidade. Acho essa medida extremamente louvável, e não credito que alguém possa discordar, não fosse um "senão".

Essa imunidade é usada por certa imprensa, para exibir moças...digamos "saudáveis", mostrando sua plástica em todo o esplendor, em atitude copulativa, e não só elas. Há também as que mostram rapazes "alegres". Convenhamos, que por menos conservador que se queira ser, isso não é cultura, e não era intenção do legislador constitucional, privilegiar fotos de mulheres e homens pelados ou semi-nus com imunidade de impostos. Sugiro que em lugar do CPMF crie-se uma contribuição sobre imprensa exibicionista (CSIE). Afinal, seria mais justa que o CPMF, pois seria a "exibição de saúde de alguns pagando a doença de outros".

Há um outro farto filão para a voragem tributária. Refiro-me à imprensa de contra-cultura. Aquela dos pasquins que massacram nosso idioma com termos chulos, gírias, palavrões e linguagem que só de longe parece português. Isso representa tudo o que não é cultura nem arte, dentro do contesto que a arte e a cultura buscam. Porque não criar uma contribuição de contra-cultura (CCC).

O leitor atento pode achar que eu sou louco por siglas, está enganado, eu as detesto. É que imposto sem lei e sem sigla não existe.

Há diversos benefícios que se pode obter dessas contribuições. Quem gosta de foto de moça ou "rapaz" pelados não se importaria em pagar o dobro ou o triplo por sua revista predileta. Os párias da cultura também. Essa contribuição não seria compulsória (paga quem quer). O cidadão culto teria afinal a opção de publicações sóbrias e baratas para sua cultura e deleite. Os cofres da saúde teriam verba. E...meu bolso estaria salvo. Concluo lembrando que isso não será solução para a saúde. O ministro da Saúde, quando tiver sues cofres abarrotados de reais, talvez lembre disso, e concordará comigo.

(*) *Prof. da UFPel aposentado*

BOLETIM
Nº
3
Setembro/1996

ELEIÇÕES UFPel 96

ADUFPel-Seção Sindical ASUFPel-Seção Sindical DCE/UFPel

Comunidade aprova normas para a Eleição

PROGRAME-SE

18/9
Debate - 20h, no Auditório Colégio Pelotense

25-26/9
ELEIÇÃO

26/9
Apuração dos votos a partir das 21h, no Auditório do Colégio Pelotense.

Com o objetivo de manter a democratização no processo de escolha dos cargos de Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal de Pelotas, as entidades representantes da comunidade universitária: ADUFPel-SSind (Associação de Docentes da Universidade Federal de Pelotas - Seção Sindical da Andes-Sindicato Nacional), ASUFPel-SS (Associação dos Servidores da Universidade Federal de Pelotas - Seçao Sindical do SINTEST-RS) e DCE - UFPel (Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Pelotas) promoverão um processo de consulta à Comunidade Universitária.

A Comunidade Universitária é aqui entendida pelas três categorias que a compõe: servidores docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes.

NORMAS

DA COORDENAÇÃO

1. A coordenação do processo de eleição ficará a cargo de uma Comissão Eleitoral constituída por dois servidores docentes, dois servidores técnico-administrativos e dois estudantes, respectivamente indicados, por escrito, pelas diretorias da ADUFPEL-SSind, ASUFPEL-SS e DCE-UFPel.

DAS INSCRIÇÕES

2. Serão abertas inscrições para candidatos a Reitor e Vice-Reitor entre os dias 11 a 13 de setembro de 1996.

3. As inscrições devem ser feitas por chapa que constará de seis nomes, divididos em duas listas tríplices, sendo uma para Reitor e outra para Vice-Reitor, explicitados em cada uma o candidato a Reitor e o candidato à Vice-Reitor. O procedimento de inscrição deverá ser feito, através de ofício assinado pelos inscritos.

3.1 É facultado à chapa apresentar, no momento da inscrição, apenas os nomes dos candidatos à Reitor e Vice-Reitor, sendo que, neste caso, os demais componentes da nominata devem ter seus nomes apresentados à Comissão Eleitoral até a data do primeiro debate.

4. O ofício deverá ser entregue na sede da Coordenação Eleitoral (ADUFPel-SSind), das 9:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 18:00 horas.

5. Poderão inscrever-se para o cargo de Reitor, docentes, integrantes da carreira do magistério superior, ocupantes dos cargos de professor titular, de professor adjunto nível IV, ou que sejam portadores do título de doutor, neste caso, independente do nível ou classe do cargo ocupado. Estes docentes deverão estar no efetivo exercício da carreira.

6. As chapas deverão apresentar sua proposta programática para a Universidade, no momento da inscrição.

7. As chapas deverão participar, com todos os seus integrantes, dos debates oficiais organizados pela Comissão Eleitoral.

DA COORDENAÇÃO DO PROCESSO DE VOTAÇÃO

8. A coordenação geral do processo de votação ficará a cargo da Junta Eleitoral, constituída por três servidores docentes, três servidores técnico-administrativos e três estudantes, indicados por escrito pelas diretorias da ADUFPEL-SSind, ASUFPel-SS e DCE-UFPel, respectivamente.

8.1 A Junta Eleitoral designará o presidente dentre seus membros.

9. Cabe à Junta Eleitoral:

a. Coordenar e fiscalizar a eleição;

jornal adufpel
SEÇÃO SINDICAL
Ano XI - Nº 50
Novembro/1996

DEMOCRACIA GOLPEADA

NO PAÍS

FHC governa o país com "mão de ferro", atacando direitos dos trabalhadores e desregulamentando, com medidas provisórias e decretos, as relações de trabalho. Passando por cima da Constituição - chamada de Cidadã. Passando por cima, portanto, dos cidadãos brasileiros.

NA UFPEL

A DEMOCRACIA FALA MAIS ALTO • UFPEL CONTRA O GOLPE •

Comunidade da UFPel é desrespeitada em seu direito mais sagrado, que é o de ver nomeado o reitor eleito democraticamente. Invertem-se valores e volta-se no tempo, onde critérios políticos prevalecem em detrimento da competência e do mérito universitário.